

## HISTÓRIAS DE VIDA E A “PUTA IMAGINADA”: UM DEBATE SOBRE O QUE É ESTAR PROSTITUTA NO BRASIL

*Eixo Temático ET 10 - Diálogos sobre a Violência contra as Mulheres:  
Educação, Políticas Públicas, Proteção e Enfrentamento*

Nayara Falcão de Aguiar Oliveira <sup>1</sup>

Ana Caroline Machado Cordeiro <sup>2</sup>

Cirlene de Souza Christo <sup>3</sup>

### RESUMO

Essa comunicação pretende apresentar uma pesquisa sobre a prostituição no contexto brasileiro. Buscamos analisar por meio de levantamento bibliográfico, como ela tem sido retratada, tanto no imaginário social, quanto nos campos acadêmico, político, econômico e da saúde, e como isso influencia a criação de políticas públicas voltadas às trabalhadoras. Os resultados indicam a existência de uma disputa de narrativas sobre o que é ser prostituta e suas condições em que ele se desenvolve. Enquanto determinados discursos as retratam como vítimas da sociedade e do sistema patriarcal, intuindo nelas falta autonomia e capacidade de agência, outros entendem a prostituição como apenas mais uma opção de trabalho possível dentre inúmeras existentes no mundo em que vivemos, com seus prós e contras.

**Palavras-chave:** Prostituição; Trabalho; Movimentos sociais; Políticas Públicas

### INTRODUÇÃO

A prostituição, no Brasil, tem seu início documentado no período colonial. Em um primeiro momento, ela era associada à uma ideia de liberdade, autonomia e independência no imaginário social, sendo expandida socialmente e geograficamente, por meio de bordéis e zonas de meretrício, cabarés, cafés-encontros, “pensões chiques”, entre outros espaços, os

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [nfaguiar97@gmail.com](mailto:nfaguiar97@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [cordeiro.acaroline@gmail.com](mailto:cordeiro.acaroline@gmail.com);

<sup>3</sup> Professor orientador: Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [cirlenechr@gmail.com](mailto:cirlenechr@gmail.com).

quais eram frequentados por homens de diferentes classes sociais. Contudo, com o passar do tempo, é possível observar que a profissão passa a ser marginalizada, criminalizada e estigmatizada por meio de leis e teorias higienistas, partindo do campo do direito e da medicina (BARRETO, 2008; CAVOUR, 2011; LEITE, 2009; SOARES, 2015).

Durante o século XX, ocorreram diversas mudanças políticas e sociais no ocidente. Diante dos primeiros avanços nas lutas feministas pela igualdade e diversidade de gênero, e acesso à saúde e às garantias trabalhistas, vislumbra-se a possibilidade das prostitutas reivindicarem seus direitos. Especialmente no Brasil e em outros países da América Latina, essas demandas surgem atreladas ao contexto de epidemia de HIV. O Movimento das Prostitutas, no Brasil, até hoje tem como algumas de suas demandas o reconhecimento da prostituição como uma profissão e o fim da criminalização da mesma. Seus objetivos envolvem discutir as políticas públicas voltadas para as prostitutas, a prostituição como trabalho, os feminismos e as estratégias de sensibilização com a saúde mental e corporal.

No início dos anos 2000, surgiram debates de setores interessados, na inclusão da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em 2003, houve a primeira tentativa de regulamentar a prática da prostituição, com o deputado Fernando Gabeira (PT): a criação de um Projeto de Lei que trata da exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual. Esse projeto de lei tramitou por anos, até ser aprovado em 2007. Na década seguinte, quem se volta para as necessidades dessa comunidade é o deputado Jean Wyllys, que cria o Projeto de Lei Gabriela Leite (2012), o qual considera como prostituta toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais com remuneração. O projeto aguarda aprovação até hoje. Atualmente, a prostituição é uma ocupação descrita pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Contudo, ela não é um trabalho regulamentado por lei. Ela é considerada um trabalho autônomo, podendo ser exercido na rua, em bares, boates, hotéis e rodovias. As profissionais do sexo, então, podem atuar em ambientes a céu aberto, locais fechados, veículos e horários irregulares, de forma que durante o exercício das atividades podem estar expostos à inalação de gases de veículos, a poluição sonora e a discriminação social.

Haraway (1991) traz o conceito de heteroglossia, o qual possibilita a análise dos conhecimentos científicos baseados nas relações de poder-saber. Esse conceito possibilita a análise de diferentes discursos existentes a partir das relações de poder que esses mesmos exercem na sociedade. Dessa forma, a partir desse conceito, podemos pensar na prostituição e como ela vai ser retratada não apenas no imaginário social, mas também no campo

academico e político e, conseqüentemente, como isso influencia a criação de políticas públicas voltadas para as trabalhadoras.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A fim de analisar como determinadas dimensões associadas ao trabalho e as trabalhadoras (saúde, estigma, criminalização, movimentos sociais) estavam sendo retratadas na literatura acadêmica, realizamos um levantamento bibliográfico buscando identificar como a prostituição é retratada no meio academico e fora dele. Para tal, utilizamos plataformas como o Portal de Periódicos da CAPES, Scielo, Pepsic, Latindex, Lilac, entre outros. Utilizamos como descritores as palavras “prostituição”, “prostituta”, “trabalho sexual”, “profissional do sexo” e seus equivalentes. Priorizamos selecionar artigos publicados a partir de 2010, em português, inglês e espanhol. Foram excluídos trabalhos que não atendessem a critérios como falar da atividade de trabalho; da história da profissão; condições de trabalho das profissionais; questões sociais, ambientais, econômicas e de saúde envolvendo a profissão, dentre outros.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir de nossa revisão bibliográfica, é possível observar a existência de uma crescente disputa de narrativas sobre a prostituição e suas condições de trabalho, sobre o que é ser prostituta, os motivos que levam diferentes mulheres a ingressar nessa profissão, quem são as figuras que representam com maior autoridade o assunto e diversas outras questões acerca desse tema. Enquanto determinados discursos retratam prostitutas como vítimas da sociedade e do sistema patriarcal, argumentando que as mesmas não possuem autonomia e capacidade de agência, outros argumentam sobre a prostituição como apenas mais uma opção de trabalho possível dentre inúmeras existentes no mundo em que vivemos, com seus prós e contras.

A disputa de narrativas existentes, em particular a que entende a prostituta como alguém a se salvar ou que constantemente quer mudar de vida (BARRETO; PRADO, 2010), contribui para invisibilizar todas as necessidades e escolhas das profissionais mediante a profissão. A trabalhadora é vista como alguém que precisa de ajuda para retornar a uma vida digna, moralmente aceita, dentro dos valores de uma sociedade patriarcal, em vez de ter suas condições de trabalho melhoradas, com mais assistências vindas do Estado e condições de trabalho que tentem promover o bem-estar.

Prada (2018) disserta sobre como narrativas de prostitutas que rompem com o lugar de vítima que lhe foi designado são invalidadas, como se fossem exceção à regra. A autora

argumenta que as prostitutas que negam esse lugar de miserabilidade, de quem não possui outras oportunidades além de se prostituir e que negam a salvação oferecida por essas teorias não são o que a sociedade quer ouvir ou ler, nem o que determinadas correntes feministas consideram válidas. McClanahan e Settell (2021) trazem em seu artigo o conceito “puta imaginada” de Melissa Grant. A puta imaginada é uma imagem da prostituta carregada de estereótipos de uma mulher que precisou recorrer a prostituição, da mulher que é estuprada e não sabe sobre consento ou sobre as violências que sofrem. Neste caso, mesmo que não corresponda à realidade da maioria das profissionais sexuais, a utilização dessa ideia de “puta imaginada” contribui para a opressão sofrida pelas profissionais para manter as narrativas estigmatizantes sobre a prostituição, reproduzindo o sistema que marginaliza, exclui e precariza a profissão.

Nos últimos anos, houve um aumento considerável na visibilidade das narrativas que partem das mulheres que se prostituem. Autoras como Gabriela Leite, Monique Prada, Bruna Surfistinha, Indianarae Siqueira, Amara Moira, Dommenique Luxor e inúmeras outras mulheres publicam suas histórias em blogs, livros e outras plataformas, relatando suas experiências enquanto mulheres, travestis, mães, prostitutas, cidadãs que vivem e convivem em uma sociedade que as criminaliza apenas por causa da profissão que as mesmas exercem. Assim como as narrativas, também houve um aumento na quantidade de associações, coletivos, grupos e outros espaços de organização e enfrentamentos criados para e por essas profissionais. Apesar do aumento desses discursos, a prostituição segue sendo uma profissão que carrega consigo um forte estigma, que afeta não apenas as trabalhadoras, mas também pessoas de seu círculo social, familiares, amigos, relacionamentos amorosos e até mesmo pessoas que nada tem a ver com essa profissão, uma vez que, em países em que a profissão é proibida qualquer mulher que seja confundida com uma prostituta pode ser presa - seja ela uma trabalhadora ou não.

De acordo com Oliveira (2008), os Estados podem administrar a prostituição de três modos: o abolicionismo, o regulamentarismo e o proibicionismo. Atualmente, o Brasil assume uma postura abolicionista, em relação à profissão, a partir do Código Penal Brasileiro, uma vez que, mesmo não tipificando a prostituição, ele estabelece uma série de delitos relacionados a ela e os inculpatos são terceiros que se beneficiam da prática ou a facilitam. Para Skackauskas e Olivar (2010), a importância de se reconhecer a prostituta como uma profissional existe, porque possibilita que ela seja acolhida pelas políticas públicas e bem-estar social. Essa categoria busca, então, trazer a discussão sobre prostituição para o

campo da cidadania, afastando-a, cada vez, mais do campo criminal, penal (RODRIGUES, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa discussão, partimos do campo da Psicologia do Trabalho, entendendo a importância em se considerar as trabalhadoras como protagonistas de sua experiência profissional e como isso leva a possíveis transformações em seus contextos de trabalho (CLOT, 2010). Através da perspectiva da Ergonomia da Atividade, entendemos que é necessário dar visibilidade às histórias individuais e coletivas. Desse modo, pretendemos avançar nessa discussão a partir de uma etapa empírica da pesquisa a fim de analisar como este trabalho pode ser atravessado por questões histórico-familiares, sociais e econômicas e como fatores relacionados à saúde, qualidade de vida, conflitos morais, estigma, violência, relacionamentos familiares e amorosos, questões financeiras e outros podem influenciar na escolha e permanência nessa ocupação

Propõe-se, assim, a construção de dispositivos dialógicos orientados a uma coanálise do trabalho com ênfase nas experiências de trabalho e suas relações com outras dimensões da vida das mulheres participantes da pesquisa. Com a discussão dos resultados, almeja-se ampliar as vozes dessas trabalhadoras no debate acadêmico e, com isso, contribuir para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho das prostitutas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, L. C. Prostituição no Brasil. In: BARRETO, L. C. *Prostituição, Gênero e Sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. cap 2. p. 40-68. Disponível em: [http://www.nigs.ufsc.br/files/2012/01/Dissertacao\\_leticia\\_barreto\\_versao-final.pdf](http://www.nigs.ufsc.br/files/2012/01/Dissertacao_leticia_barreto_versao-final.pdf). Acesso em: 21 out 2019.

BARRETO, L. C.; PRADO, M. A. M. Identidade das prostitutas em Belo Horizonte: as representações, as regras e os espaços. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. v. 5, n. 2, 2010. p. 193-205. Disponível em: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n2/Barreto\\_e\\_Prado.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Barreto_e_Prado.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

CAVOUR, R. C. Breve Histórico da Prostituição. In: CAVOUR, R. C. *Mulheres de Família: Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. cap. 2, p. 15-25. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37393/37393\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37393/37393_3.PDF). Acesso em: 14 ago. 2020.



CLOT, Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal, Revista de Psicologia*. v. 22, n.1, 2010. p.207-234.

CUNHA, L. M. S. ENCONTROS SOBRE A "ACTIVIDADE": OS CONTRIBUTOS CRUZADOS DE DUAS TRADIÇÕES CIENTÍFICAS - Da tradição da "ergonomia e da psicologia do trabalho da actividade" à "abordagem ergológica". In: *Mobilidades, territórios e serviço público: debates sobre o interesse colectivo à margem do paradigma de uma sociedade móvel*. Porto: Universidade de Porto, 2011. cap. 1, p. 53-100.

HARAWAY, D. J. *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. London: Free Association Books Ltd, 1991. 314 p.

LEITE, G. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 194 p.

MCCLANAHAN, A.; SETTELL, J. Service Work, Sex Work, and the "Prostitute Imaginary". *South Atlantic Quarterly*. v. 120, n. 3, 2021. p. 493-514. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/353747589\\_Service\\_Work\\_Sex\\_Work\\_and\\_the\\_Prostitute\\_Imaginary](https://www.researchgate.net/publication/353747589_Service_Work_Sex_Work_and_the_Prostitute_Imaginary). Acesso em: 2 out 2021.

NASCIMENTO, S. S. Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. *Revista Ártemis*. v. 18, n.1, 2014. p. 69-86. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22535>. Acesso em: 19 mai 2021.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres transexuais. *Saúde Coletiva*. v. 11, n. 68, 2008. p. 7581-7588. Disponível em: <http://vistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1832>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRADA, M. *Putafeminista*. 1 e.d. São Paulo: Veneta, 2018. 108 p.

PENHA, J. C et al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 65, n. 6, 2012. p. 984-990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/7DKDyD5YmBshdSPcHWWx7YF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai 2021.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Revista Katálysis*. v. 12, n. 1, 2009. p. 68-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/09.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

SILVA, A. P.; BLANCHETTE, T. G. *Amor Um Real Por Minuto: A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano*. In: *DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA*, 2009, Rio de Janeiro. *Papers...* Disponível em:



<http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf> . Acesso: 11 dez. de 2021.

SKACKAUSKAS, A.; OLIVAR, J. M. N. Prostitutas, Feministas e Direitos Sexuais - Diálogos Possíveis ou Impossíveis? *In*: FAZENDO GÊNERO - DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais eletrônicos...* Santa Catarina: UFCS, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278249676\\_ARQUIVO\\_ArtigoFazendoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278249676_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero.pdf). Acesso em: 14 out. 2019.

SOARES, R. G. A. O crime de Lenocínio no Direito Penal Português e Brasileiro. *In*: SOARES, R. G. *A(In)Constitucionalidade do Crime de Lenocínio na Perspectiva Luso-Brasileira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. cap 2, p. 39-72. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34979/1/A%20%28In%29Constitucionalidade%20do%20Crime%20de%20Lenocinio%20na%20Perspectiva%20Luso-Brasileira.pdf>. Acesso em 14 out. 2019.